



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 049/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00036 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso ao Termo de Cooperação, e suas renovações, com a entidade Associação Promocional Irmã Maria Dolores para criação e manutenção de uma Sala ACESSASP do programa de inclusão digital de mesmo nome criado no ano 2000 pelo Decreto 45057/2000. Documento inexistente. Provimento negado

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 049/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Governo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que: *"não há termo de cooperação para a criação e manutenção do Programa ACESSASP."* A ausência de resposta recursal motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância o ente reiterou a resposta inicial.
4. No caso concreto em análise, verifica-se a impossibilidade material de se atender ao pedido do recorrente, uma vez que o órgão informou que o termo de cooperação solicitado não existe.
5. 4. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista. Desta forma a declaração de inexistência da informação é satisfatória e atende aos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação- LAI). Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMI - consolidou o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa" (Súmula CMRI nº 6, de 2015).
6. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: *"A alegação de inexistência de documento /informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

*Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.”
(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal.
Interessado: A.S.F.).”*

7. Considerando que o órgão comunicou para o interessado a inexistência do documento solicitado, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público